

ENQUANTO PASSAVA A BOIADA: JORNALISMO, MEIO AMBIENTE E POLÍTICA DURANTE A PANDEMIA NA AMAZÔNIA

Laiza Monik de Oliveira MANGAS¹

Luciana Miranda COSTA²

RESUMO

O ano de 2020 foi marcado pelo início da pandemia da COVID-19 e pelo fortalecimento de uma antipolítica ambiental no Brasil, sobretudo, na Amazônia. Dados do Inpe (2020) registraram 103 mil focos de queimadas durante o ano e mostraram que os estados do Pará, Mato Grosso e Amazonas responderam por 70% do desmatamento e queimadas na região. Enquanto isso, “a boiada passava” com a aprovação de 593 atos pelo governo federal relacionados às mudanças de regras sobre a proteção ambiental (Observatório do Clima, 2021). Nesse contexto, este artigo traz os resultados da análise da cobertura jornalística sobre o desmatamento e queimadas na Amazônia nos dois principais portais de notícias da região Norte do país: *O Liberal* – PA e *A Crítica* – AM, em setembro de 2020. A hipótese inicial era que os veículos disseminaram informação de qualidade e plural sobre os acontecimentos, no entanto, notamos a reprodução majoritária de fatos isolados, contribuindo, mesmo que indiretamente, com a “passagem da boiada” pelo governo federal.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo; meio ambiente; Amazônia.

¹Jornalista e doutoranda em Ciências da Comunicação pela Universidade Federal do Pará. E-mail: laiza.mangas@gmail.com

² Professora titular da pós-graduação em Estudos da Mídia (PPgEM) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: lmirandaeua@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Em 2020, a Amazônia esteve sob dupla ameaça com altos índices de desmatamento e queimadas por um lado e a COVID-19 por outro. Enquanto isso, o governo federal voltava-se ao desmonte das políticas ambientais como expressa a célebre frase do “passar a boiada” proferida pelo ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles.

Levantamento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe, 2020) apontou um aumento de 15% dos focos de queimadas em 2020 quando comparado ao ano de 2019. A região amazônica perdeu 10.312 km² de florestas devido ao desmatamento. Os meses com maior incidência de queimadas na Amazônia foram agosto com 29 mil focos e setembro que registrou 32 mil. Em relação a região Norte, foco desta pesquisa, o destaque foi para o Pará com 386 mil pontos de incêndio e o Amazonas registrando 167 mil.

Silva e Viveiros (2020) destacam que a atenção voltada à crise sanitária acelerou práticas já existentes na sociedade, como a apropriação espoliativa da terra e de bens naturais, exploração destrutiva da natureza e do trabalho humano, além do agravamento de diferenciações e preconceitos de raça, cultura, gênero e classe.

Então pra isso precisa ter um esforço nosso aqui enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de COVID, e ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas. [Ricardo Salles, ex-ministro do Meio Ambiente do governo Jair Bolsonaro] (GI, 2020).

Na esfera política, levantamento realizado pelo Observatório do Clima (2021) indicava que, de janeiro a dezembro de 2020, foi promulgado 593 atos do governo federal relacionados ao meio ambiente. Dentre esses atos, 57 determinavam reformas institucionais, 32 revisavam regulamentos já existentes, 19 eram desregulações e 10 eram revogações.

Vale *et al.* (2021) ressaltam que 57 ações legislativas visaram enfraquecer a proteção ambiental no Brasil durante o governo do presidente Jair Bolsonaro, sendo que 49% delas foram promulgadas pelo poder executivo nos setes meses desde o início da pandemia – março a setembro – com um número maior de publicações (16) em setembro. Esses dados indicavam que o governo poderia estar aproveitando um desvio de atenção da população e da mídia para efetuar “canetadas” em prol de interesses próprios e de grupos de apoiadores. Grande parte desses atos impactavam diretamente a região amazônica, especificamente o combate às

queimadas e ao desmatamento no bioma (Vale *et al.*, 2021) que aumentaram consideravelmente no período. —

As atitudes concretizaram a fórmula da dissimulação do desmonte, como expressado por Ricardo Salles. A partir desse contexto, é possível perceber que as questões ambientais também ficaram em evidência e “disputaram” espaço midiático com os assuntos relacionadas à pandemia da COVID-19.

Considerando o contexto apresentado sucintamente acima, este artigo traz os resultados da análise da cobertura jornalística sobre o desmatamento e queimadas na Amazônia Legal Brasileira em dois dos principais portais de notícias da região Norte do país: *O Liberal* – PA e *A Crítica* – AM, em setembro de 2020. O período de análise é compreendido pelo alto índice de focos de queimadas e, conseqüentemente, aumento do desmatamento, segundo Inpe (2020). Além disso, nesse mês, o governo federal aprovou mais atos relacionados à proteção ambiental no país (Vale *et al.*, 2021).

O Liberal é uma versão digital (<https://www.oliberal.com/>) do jornal mais antigo e com maior circulação no estado do Pará (Castro e Seixas, 2013) e integra o Grupo Liberal de Comunicação. Foi o primeiro jornal paraense a transpor matérias do impresso para o digital com início em 2004. De acordo com a descrição no site do próprio jornal, o *Liberal* tem escritórios também em Brasília e em São Paulo, sendo o maior conglomerado de comunicação do Pará, um dos maiores do Brasil e o 4º maior afiliado à Rede Globo.

O jornal *A Crítica* também é uma versão digital (<https://www.acritica.com/>) do jornal impresso, que é o segundo mais antigo em circulação do estado do Amazonas, e o principal produto da Rede Calderaro de Comunicação (RCC). Foi fundado em 25 de dezembro de 2010 (Nascimento, 2019), apresentando-se como um site de notícias e mídias. De acordo com a coordenadora de conteúdo, Aruana Brianezi, as estratégias eram voltadas apenas ao impresso que tem mais de 70 anos de circulação. Por isso, a transposição para o online aconteceu de forma gradual e, durante a pandemia da COVID-19, foi necessário um investimento maior nesse meio.

A metodologia principal utilizada para este artigo foi a Análise da Cobertura Jornalística (Silva e Maia, 2011), um protocolo que investiga como um determinado veículo de comunicação organiza a cobertura de assuntos em geral ou de acontecimentos, verificando as marcas das técnicas e estratégias de apuração e composição das matérias jornalísticas.

Portanto, partimos da hipótese de que os veículos, por estarem situados na Amazônia, contribuíram para a informação de qualidade e plural na região, abordando causas e

consequências e buscando uma relação com a (anti) política ambiental promulgada pelo governo de Jair Bolsonaro. Esse pensamento corrobora com a visão de Rodrigues e Santana (2016) quando ressaltam que, investigar o papel da mídia regional, significa contribuir para avaliar o papel dos veículos de comunicação na questão ambiental e melhorar o nível de informação dos cidadãos.

CONSEQUÊNCIAS DA ANTIPOLÍTICA AMBIENTAL DO GOVERNO DE JAIR BOLSONARO NA AMAZÔNIA

Durante os quatros anos do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro observamos uma política avessa às questões ambientais e, principalmente, amazônicas. A prática do desmatamento e queimadas cresceram pela alta impunidade a crimes ambientais, retrocessos de legislações e regulamentos, descaso com a saúde indígena, além de estímulo à grilagem de terras e ao garimpo.

Essa antipolítica ambiental gerou a crise de saúde pública enfrentada pelo povo *Yanomami* com a morte de 177 indígenas por desnutrição entre 2019 e 2022. Os dados, revelados pela *BBC News Brasil* (2023), apontaram um aumento de 331% de morte indígena durante os quatros anos de governo do ex-presidente Jair Bolsonaro.

A pandemia de COVID-19, podemos dizer, potencializou os efeitos provocados pelas políticas em curso, agora amplificadas em suas constantes ofensivas contra os princípios constitucionais, o que nos alça a uma condição de “crise do Estado democrático de direito”. São políticas que parecem desenhadas para deixar morrer ou mesmo produzir a morte de diferentes grupos e sujeitos sociais – trabalhadores, povos indígenas, comunidades tradicionais – e dos seus ambientes de vida nas cidades, nos campos e nas florestas (Bronz, Zhouri e Castro, 2020, p. 9).

Os autores recordam que, em janeiro de 2019, foram registradas denúncias de invasão em terras indígenas em todo o Brasil. Conforme levantamento feito pelos pesquisadores, o número de lideranças indígenas mortas em 2019 foi o maior em 11 anos. Relatório do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) revelou que, em 2020, foram 263 casos de “invasões possessórias, exploração ilegal de recursos e danos ao patrimônio”. Além disso, foram mais de 43 mil indígenas contaminados pela COVID-19 e cerca de 900 mortos por complicações da doença (Cimi, 2021).

Segundo relatório divulgado pelo Ministério dos Direitos Humanos, o governo foi alertado, ainda em 2020, para ameaças de garimpeiros ao território do povo Yanomami, no entanto, houve omissão no fornecimento de suprimentos e proteção. Na verdade, o efeito foi ao contrário, o governo incentivou o garimpo em terras indígenas por meio do Projeto de Lei nº 191 publicado em 5 de fevereiro de 2020.

O PL regulamentava a mineração em terras indígenas explicando as condições específicas para a realização de pesquisa e exploração dos recursos naturais, além do processo para indenização das comunidades afetadas. No dia 9 de março de 2022, o deputado Ricardo Barros (PP-PR), líder do governo na época, protocolou um requerimento para que fosse tramitado em regime de urgência, encaminhando assim, direto para votação no Plenário, sem passar por comissões. No total, foram 279 votos a favor do requerimento.

Para Rocha e Porto (2020), a aprovação da legislação traria inúmeras consequências, como aumento do desmatamento, poluição dos rios, diminuição das terras agricultáveis e, sobretudo, intensificariam o processo de vulnerabilização da população indígena. O poder executivo, agora no comando do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pediu a retirada de tramitação do PL da Câmara dos Deputados em março de 2023.

Outros atos aprovados durante o governo de Jair Bolsonaro foram relevantes para enfraquecer a política ambiental na Amazônia, como a redução de multas refletidas no decreto nº 9.760 de 11 de abril de 2019 que criou a “audiência de conciliação” – um mecanismo inventado para fragilizar o sistema de punição às infrações ambientais. Em 2020, mesmo com alta taxas de desmatamento, as multas foram reduzidas em 72% (Vale *et al.*, 2021).

No mesmo sentido, a portaria conjunta nº 33, divulgada no dia 29 de janeiro de 2020 pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), buscou o enfraquecimento da estrutura do ICMBio e do seu papel de gestão das unidades de conservação. Essa portaria consentiu a nomeação, em larga escala, de policiais militares e outros profissionais não qualificados para os cargos de gestão do ICMBio (Inesc, 2021).

Levantamento feito pelo Instituto Socioambiental e Imaflora Brasil (2021) apontou que, de outubro de 2019 a junho de 2020, o Ibama ficou sem disponibilizar os dados de áreas embargadas por crimes ambientais. A falta de esclarecimento infringia a Lei de Acesso à Informação, que trata da divulgação das listas de embargos. Essa omissão resultou em uma ação popular contra o ex-ministro Ricardo Salles na Justiça Federal.

A falta de informação dificultou o entendimento do real cenário ambiental no Brasil e

complexificou o trabalho da imprensa e de pesquisadores da área. O “passar a boiada” apontou o desinteresse governamental em ser transparente e comunicativo com a população. Os cortes na área também fazem parte desse rol de ações do governo.

Valporto (2021) destacou que o Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2021, encaminhado pelo governo federal, registrava uma queda de 27,4% no orçamento federal previsto para fiscalização ambiental e combate a incêndios florestais, na comparação com o que foi autorizado em 2020. Em relação a 2019, a queda é ainda maior, sendo 34,5%, mesmo com alto índice de queimadas e desmatamento.

Gudynas (2018) conceitua a flexibilização de leis ambientais como um exemplo de *efectos derrame*.

Esto se observa cuando, por ejemplo, para poder llevar adelante un proyecto extractivo se modifica una normativa ambiental, pero la consecuencia de ese cambio no se restringe a ese emprendimiento, sino que modifica toda la gestión ambiental, incluso en actividades no extractivas, y se aplican en todo el territorio (Gudynas, 2018, p. 67 *tradução nossa*).

Para o autor, essas atitudes transbordam para além do local, ou seja, elas têm início em uma determinada situação, mas acabam tendo efeitos duradouros e extensos sobre o território e sobre as populações, afetando-os de diversas formas, como foi demonstrado no descaso com o povo *Yanomami*.

Na compreensão de Gudynas (2018), a flexibilização traz impactos perversos no sistema normativo e também na institucionalidade ambiental do país, tendo em vista que essas concessões abrem espaços cada vez maiores, justificados pela necessidade de acelerar processos e descomplicar a gestão. Dessa forma, o *efecto derrame* vai além do impacto ambiental no território explorado, alcança outras esferas e amplia as consequências negativas dessas práticas.

Mesmo com alto índice de queimadas e desmatamento em 2020, o ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, concedeu anistia ao desmatamento na Mata Atlântica, sendo considerado o bioma com a menor cobertura florestal original remanescente no Brasil (Vale *et al.*, 2021).

O ato implicava que as chamadas APPs – Áreas de Preservação Permanente, desmatadas ou ocupadas até julho de 2008, não fossem recuperadas, ou seja, a ordem foi “perdoar” produtores rurais que desmataram o bioma Mata Atlântica. Após ação do

Ministério Público Federal, Ricardo Salles revogou o despacho. Desta forma, em meio a pandemia e com as atenções voltadas para a saúde, o presidente Jair Bolsonaro aproveitou para “tirar o Estado do cangote do produtor” (Moreno, 2019).

Para Vale *et al.* (2021), o governo federal aproveitou o momento de pandemia da COVI-19 para estabelecer ações desfavoráveis ao meio ambiente. Os autores (2021) complementam que o discurso de Ricardo Salles, na reunião ministerial ocorrida em abril de 2020, foi apenas um encademento de atitudes que já vinham sendo tomadas.

A partir desse contexto, citado brevemente, sobre a gestão ambiental praticada durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro veremos, a seguir, como a mídia tratou o tema durante o período de análise – agosto e setembro de 2020, que foi escolhido pelo alto índice de desmatamento e queimadas na Amazônia brasileira e, por isso, deveria ter tido maior atenção da imprensa.

ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICA DO DESMATAMENTO E QUEIMADAS EM 2020

Para esta análise, foram selecionados 48 textos jornalísticos predominantemente do gênero notícia pelo formato da pirâmide invertida³, eliminando-se as repetições, com a seleção de 48 notícias, sendo 22 no Liberal e 26 no A Crítica. As buscas foram feitas no site dos veículos seguindo as palavras-chave ‘queimadas’ e ‘desmatamento’.

Por meio do protocolo da Análise da Cobertura Jornalística definido pelas pesquisadoras Gislene Silva e Flávia Dourado Maia (2011), observamos: (1º) marcas de apuração e (2º) marcas de composição do produto. Importante ressaltar que a proposta do protocolo é direcionada a textos jornalísticos impressos, no entanto, resolvemos utilizá-lo nesta pesquisa por conter métodos organizacionais que também estão presentes nos textos publicados em sites e portais.

Para compreender os aspectos das marcas de apuração, dividimos a análise em três categorias: a) “Assinatura e local de apuração” apontou a massiva divulgação de textos oriundos das agências de notícias e constatou a ausência de cobertura jornalística local; b) “Origem das informações” demonstrou a presença de fontes governamentais ligadas ao governo federal; c) “Recursos visuais e seção no site” observou a reprodução de fotos

³ Erbolato (1991) explicita que a técnica da pirâmide invertida expõe os fatos principais no primeiro parágrafo do relato. O autor afirma toda notícia deve responder as seis perguntas clássicas: Quem? Que? Quando? Onde? Por quê? Como?

registradas pelas agências de notícia e identificou que os assuntos relacionados a Amazônia não têm espaço significativo nos portais. A seguir, veremos o detalhamento.

Resultados da aplicação da ACJ ao *corpus* da pesquisa

a) Assinatura e local de apuração

Nos portais analisados, o gênero notícia prevaleceu e esteve presente nos 48 textos jornalísticos selecionados. Essa predominância pode ter relação com a quantidade de textos reproduzidos de agências de notícias que abordam acontecimentos factuais.

O *Liberal* publicou 17 textos com assinatura de agência de notícia, o que representa 77% das matérias selecionadas. No mesmo caminho, o *A Crítica* divulgou 19 matérias oriundas de agência de notícias, correspondendo a 73% dos textos selecionados. Esse percentual apontou para uma reprodução massiva de notícias factuais e sem contextualização dos fatores de causas e consequências relacionadas às questões amazônicas.

Em contrapartida, um número reduzido de notícias foi assinado pela produção local dos respectivos portais. O *Liberal* teve cinco textos, que significou 22% do total de publicações. A equipe do *A Crítica* assinou oito textos, representando 30% das notícias veiculadas. No entanto, observamos que quatro textos (13%) assinados pela redação do *A Crítica*, na verdade, foram reproduções de *releases*⁴ da assessoria de imprensa do Governo do Estado do Amazonas.

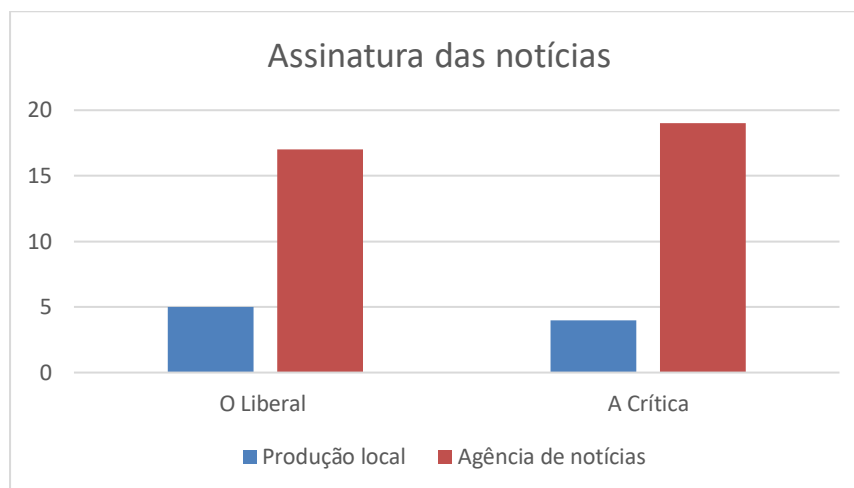
Além dessa reprodução de *releases*, outro tópico levantou dúvidas quanto a procedência das informações assinadas pela redação do *A Crítica*. Dessa vez, foi uma comparação de notícias publicadas nos respectivos portais. No dia 11 de setembro de 2020, o *A Crítica* assinou uma notícia com o título “Com queimadas intensas na Amazônia, fumaça chega no sul e sudeste”, todavia, no mesmo dia, o texto foi publicado no *Liberal* com assinatura da Agência Internacional Reuters.

Os dois portais também utilizaram a Agência Brasil, pertencente a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), um conglomerado ligado ao sistema público de comunicação, que sofreu ataques durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro e ganhou contornos mais intensos de um sistema governamental. Nesse contexto, o *Liberal* teve três notícias oriundas da Agência Brasil (4%), enquanto o *A Crítica* teve oito textos (10%).

⁴ Release é um material jornalístico distribuído aos jornalistas para servir de pauta, orientação ou ser veiculado completo ou parcialmente, de maneira gratuita. É uma proposta de assunto, um roteiro, uma sugestão de pauta, mas do ângulo de quem o emite (DUARTE, 2003, p. 288).

O *Liberal* utilizou como base da grande maioria de suas publicações a Agência Estado, que pertence a um conglomerado de mídia, do qual fazem parte dois dos principais veículos do país: o jornal Estado de S. Paulo e a Rádio Estadão. Foram oito assinaturas da respectiva agência de um total de 17 notícias publicadas (11%).

Gráfico 1 – Assinatura das notícias conforme protocolo da Análise da Cobertura Jornalística



Fonte: elaborado pelas autoras (2024)

Para o jornalista do *Liberal*, Carlos Felipp Santos Araújo (2021), as agências de notícias prestam um serviço importante para aumentar a capilaridade da audiência. Segundo ele, o veículo tem uma equipe de produção de conteúdo nacional, mas a utilização do serviço de agência é para garantir a abrangência do portal.

A diretora de conteúdo do *A Crítica*, Aruana Brianezi (2021), alegou que o veículo tem uma equipe reduzida e essa diminuição foi resultado da crise no modelo de negócio do jornalismo impresso, no caso, impulsionado pelo surgimento e audiência dos meios digitais. Além disso, o veículo não conta com uma equipe fora de Manaus. Dessa forma, a divulgação de conteúdos de agências e de assessoria de imprensa se tornaram recorrentes com o intuito de suprir essa demanda.

Na compreensão de Wolf (2003), o uso propagado das agências de notícias complexifica a definição de notícia. Para ele, a informação cotidiana é, cada vez mais, uma informação de agência. Como consequência, o autor ressalta que as agências tendenciam a cobertura de acontecimentos já previstos, deixando de lado o “jornalismo de pesquisa, de ‘descoberta’ dos fatos, do aprofundamento dos eventos e de seus contextos” (Wolf, 2003, p.

249).

Nesse contexto, por serem oriundos de agência de notícias e assessoria de imprensa, os textos jornalísticos foram classificados nas categorias ‘interno’ ou ‘indefinido’ (Silva e Maia, 2011), ou seja, não foram produzidas por jornalistas da redação.

Como exceção, o *Liberal* teve uma matéria assinada por uma repórter no local do acontecimento. A presença da jornalista foi observada por meio da marca de apuração presente no seguinte trecho: “De lá, acompanhados por uma bike-som, os manifestantes caminharam até a Praça dos Estivadores, o Complexo do Ver-o-Peso e Ministério Público do Estado do Pará, na Cidade Velha” (Magalhães, 2020).

b) Origem das informações

Como 75% dos textos foram oriundos de agência de notícias, esta categoria teve como base verificar às fontes utilizadas por esses meios e reproduzidas nos veículos da região. Nesse contexto, observamos informações de primeira mão que são provenientes de fontes do poder público, fontes institucionais, cidadãos, especializadas/comentadores e de assessorias de imprensa.

Dentre as fontes de primeira mão teve destaque as de “poder público”, presentes de forma direta e indireta em 16 notícias no *Liberal* (94%) e em 20 notícias no *A Crítica* (87%). O ex-presidente Jair Bolsonaro e o vice-presidente Hamilton Mourão apareceram em nove textos, sendo três no *Liberal* e seis no *A Crítica*.

As outras fontes estavam diretamente ligadas ao governo federal, como Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, ministros do Meio Ambiente, Agricultura e Infraestrutura. Dessa forma, notamos que a presença marcante das fontes de poder público demonstrava que o acontecimento estava inserido no contexto político do Brasil, permeando ainda outras questões, como a pandemia da COVID-19.

As fontes institucionais corresponderam a 23% no *Liberal*, aparecendo em quatro notícias, e 17% no *A Crítica*, citadas em quatro textos. Nos dois portais, as fontes institucionais eram ligadas às Organizações não-governamentais – representantes do Observatório do Clima e Instituto de Pesquisa Ambiental na Amazônia foram as citadas no *Liberal*, enquanto fontes da *WWF Brasil* foi mais utilizada no *A Crítica*. Por meio das ongs eram abordados relatórios e estudos sobre o cenário de queimadas e desmatamentos na Amazônia.

As fontes especialistas/comentadores foram mencionadas em quatro notícias (23%) no

Liberal e em duas (17%) no *A Crítica*. No entanto, foram citações indiretas, ou seja, sem mencionar nome e colocadas de maneira geral – “segundo especialistas [...]”, portanto, contribuindo para a falta de informação e detalhamento das causas e consequências do desmatamento e queimadas.

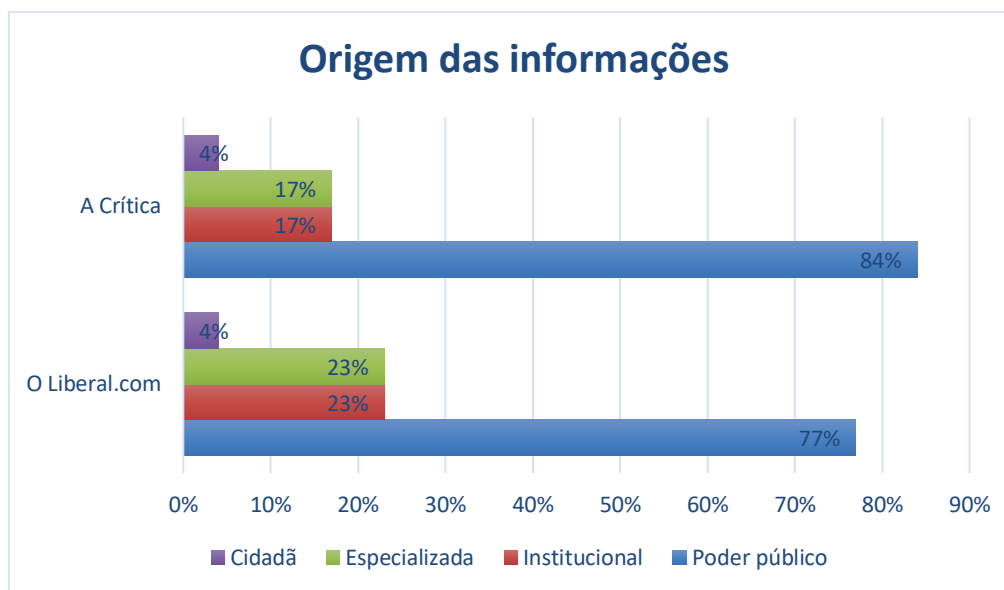
As fontes cidadãos apareceram em 4%, dois textos em ambos os portais. A ausência de fontes especialistas e cidadãos aponta, principalmente, para uma escassa pluralidade de vozes, que é uma das características fundamentais para um jornalismo ambiental de qualidade (Girardi *et al.*, 2018).

A partir da análise das fontes utilizadas nas notícias, foi observado que o *Liberal* divulgou ações de combate ao desmatamento e queimadas no Mato Grosso do Sul e no Acre, entretanto, não apareceram intervenções feitas pelo governo do Pará, um dos estados com maior índice de queimadas e desmatamento (Inpe, 2020). A ausência de matérias, que abordam as ações do governo do Pará para conter o desmatamento e queimadas, pode ser justificada pela disputa econômica e política existente no estado – a família do atual governador, Helder Barbalho, é dona do jornal Diário do Pará, concorrente direta do *Liberal*.

Já no *A Crítica*, a discussão sobre desmatamento e queimadas pelo governo estadual do Amazonas apareceu em quatro matérias, mesmo sendo utilizado como base o *release* da assessoria de imprensa. Ainda no *A Crítica*, destaca-se que sete notícias divulgadas relataram a opinião direta de fontes do poder público, como por exemplo: “Países tem direito soberano de explorar sua biodiversidade, diz Bolsonaro” (A Crítica, 2020).

No *Liberal*, observou-se uma busca de contextualização das causas e consequências dos fenômenos, sobretudo, porque foram utilizados nas matérias dados fornecidos pelo Inpe sobre desmatamento e queimadas e também informações obtidas de ongs. No *A Crítica* nota-se a forte presença da opinião governamental no âmbito federal e as medidas adotadas pela mesma para combater o desmatamento e queimadas na região amazônica.

Gráfico 2 - Divisão das notícias com base na Origem das Informações



Fonte: elaborado pelas autoras (2024)

c) Recurso visual e disponibilização no site

Quanto à utilização de recursos visuais, os dois sites empregaram predominantemente a fotografia. Das 22 notícias publicadas no *Liberal*, dez tinham fotografias com autoria (10%) e 13 sem autoria (13%). Já no *A Crítica*, detectamos 20% sem autoria, o que corresponde a 20 notícias, contra 6% com autoria, significando seis textos.

A respeito das fotos creditadas, observamos que nenhum texto teve autoria de fotógrafo ou repórter da equipe do veículo, além disso, ambos utilizaram de uma a duas fotografias que ilustravam o desmatamento, como áreas com fogos, e também de autoridades públicas.

Por fim, notamos a ausência de editoria ou seção no site voltada, especificamente, às questões socioambientais que envolvem a Amazônia. No *Liberal*, as matérias foram publicadas em três principais editorias: Brasil, Pará e Política. Já no *A Crítica* não ficou evidente no site em quais seções as notícias foram introduzidas.

Considerações finais

Nesse contexto, a Análise da Cobertura Jornalística (Silva e Maia, 2010) voltada ao desmatamento e queimadas em ano de pandemia da COVID-19 indicou que existe, praticamente, uma ausência das características do jornalismo preocupado com a temática socioambiental (Bueno, 2007) por parte da imprensa amazônica representada nesta pesquisa pelos portais *O Liberal* e *A Crítica*.

No *Liberal*, ressaltou-se, no entanto, que ainda observamos uma tentativa de contextualização das causas e consequências dos fenômenos, principalmente, porque foram utilizados dados fornecidos pelo Inpe sobre desmatamento e queimadas, além de informações de ongs. Já no portal *A Crítica* ganhou destaque a forte presença da opinião governamental e de sua (anti) política para combater o desmatamento e queimadas na região amazônica.

A reprodução massiva de textos oriundos de agência de notícias, que não estão situadas na Amazônia, ou seja, não entendem a realidade, contribuí para reforçar um pensamento de que a região sempre está sob ameaça e que os governantes estão tomando atitudes para “salvá-la”. Essa representação simbólica é disseminada em escala mundial pelo campo da comunicação e intitulada pelos pesquisadores Amaral Filho, Fonseca e Costa (2015) de “Marca Amazônia”.

Além disso, notamos a presença constante de fontes do poder público nas notícias, o que já era esperado, considerando outras pesquisas no campo que evidenciam um aspecto constante nas matérias socioambientais (Silva, 2019; Rodrigues e Santana, 2016; Girardi *et al.*, 2011). A respeito desse resultado, o questionamento partiu do porquê os portais reproduziram largamente a opinião do governo federal sem apresentar o contraditório. Nesse cenário, podemos inferir um apoio dos veículos no posicionamento político do governo de Jair Bolsonaro, contribuindo, mesmo que indiretamente, com a “passagem da boiada”.

REFERÊNCIAS

AMARAL FILHO, O.; CASTRO, F. F.; COSTA, A. C. S. Marca Amazônia: estratégias de comunicação publicitária, ambientalismo e sustentabilidade. **Revista Comunicação Midiática**, Bauru, SP, v. 10, n. 3, p. 105–118, 2015. Disponível em: <https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/128>.. Acesso em: 29 jan. 2024.

ALSINA, Rodrigo M. **A construção da notícia**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2009.

ARAÚJO, Carlos Felipp. Entrevista realizada por e-mail com perguntas em torno da organização do portal. **Informações sobre o portal O Liberal**. Belém. 2021.

BUENO, W. C. Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 15, p. 33-44, jan./jun. 2007. Editora UFPR. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/11897/8391>. Acesso em: 29 jan. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 9.760, de 11 de abril de 2019**. Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente. 2019a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9760.htm. Acesso em: 18 nov. 2022.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Portaria Conjunta nº 33, de 29 de janeiro de 2020**. 2020b. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-conjunta-n-33-de-29-de-janeiro-de-2020-240571291>. Acesso em: 26 maio. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 191, de 5 de fevereiro de 2020**. Regulamenta a exploração de recursos minerais, hídricos e orgânicos em reservas indígenas. 2020d. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2236765>. Acesso em: 18 nov. 2022.

BRIANEZI, Aruana. **Entrevista realizada por Whatsapp com perguntas em torno da organização do portal A Crítica**. Belém. 2021.

BRONZ, D; ZHOURI, A.; CASTRO, E. Passando a boiada: violação de direitos, desregulação e desmanche ambiental. **Revista Antropolítica**, Niterói, 2020.

CASTRO, A. O. D.; SEIXAS, N. S. D. A. História, discursos e relações de poder nas páginas de O Liberal. **9º Encontro Nacional de História da Mídia**, Ouro Preto, 2013. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historiada-midia-imprensa/historia-discursos-e-relacoes-de-poder-nas-paginas-de-o-liberal>. Acesso em: 26 maio. 2023.

CIMI – Conselho Missionário Indigenista. **Em meio à pandemia, invasões de terras e assassinatos de indígenas aumentaram em 2020**. Disponível em: <https://cimi.org.br/2021/10/relatorioviolencia2020/>. Acesso em: 26 maio. 2023.

DUARTE, J. (Org.). **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ERBOLATO, M. L. **Técnicas de codificação em jornalismo** – redação, captação e edição no

jornal diário. São Paulo: Ática, 1991.

GIRARDI, I. M. *et al.* Jornalismo e sustentabilidade: as armadilhas do discurso. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; LOOSE, Eloisa Beling; BAUMONT, Clarrisa Cerveira de (Orgs.). **Ecos do planeta: estudos sobre informação e jornalismo ambiental**. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

GIRARDI, I. M. *et al.* O Jornalismo Ambiental na concepção de quem o faz: estudo com jornalistas da América Latina, Caribe, Portugal, Espanha e países Africanos de Língua Portuguesa. **Aturá Revista PanAmazônica de Comunicação**, Palmas, v. 2, n. 2, p. 48-66, mai./ago. 2018. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/atura/article/download/5039/13038/>. Acesso em: 26 maio. 2023.

GOVERNO libera R\$ 3,8 milhões para combate aos incêndios no MS. **O Liberal**. 2020. Disponível em: <https://www.oliberal.com/brasil/governo-libera-r-3-8-milhoes-para-combate-aos-incendios-no-ms-1.306597>. Acesso em: 18 nov. 2022.

GUDYNAS, E. Extractivismos: el concepto, sus expresiones y sus múltiples violencias. **Revista papeles de relaciones ecosociales y cambio global**, Nº 143 2018, pp. 61-70. Madrid, 2018.

INESC - Instituto de Estudos Socioeconômicos. **Dando nome aos bois**. p. 31. 2021.

IMAFLORA BRASIL. **Mapeamento dos retrocessos de transparência e participação social na política ambiental brasileira**. 2021. Disponível em: https://www.imaflora.org/public/media/biblioteca/mapeamento_dos_retrocessos_de_transparencia_e_participacao_social_na_politica_ambiental_.pdf. Acesso em: 26 maio. 2023.

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Dados de queimadas e desmatamento na Região Amazônica no ano de 2020**. 2020. Disponível em: <https://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/dados-abertos/>. Acesso em: 26 maio. 2023.

IPAM - Instituto De Pesquisa Ambiental da Amazônia. **Organizações pedem aumento no orçamento para o meio ambiente**. 2020. Disponível em: <https://ipam.org.br/organizacoes-da-sociedade-civil-exigem-aumento-no-orcamento-de-2021-para-o-meio-ambiente/#:~:text=Organiza%C3%A7%C3%B5es%20pedem%20aumento%20no%20or%C3%A7amento%20para%20o%20meio%20ambiente,-Twitter%20LinkedIn%20Facebook&text=O%20Projeto%20de%20Lei%20Or%C3%A7amento%20A%201ria,no%20or%C3%A7amento%20dos%20%C3%B3rg%C3%A3os%20ambientais>. Acesso em: 26 maio. 2023.

MINISTRO do Meio Ambiente defende passar 'a boiada' e 'mudar' regras enquanto atenção da mídia está voltada para a COVID-19. **Portal G1**, 22 maio. 2020. Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml>. Acesso em: 26 maio. 2023.

MAGALHÃES. C. No Pará, ato nacional pela educação amplia reivindicação às queimadas na Amazônia e no Pantanal. **O Liberal**. 2020 Disponível em: <https://www.oliberal.com/para/no-para-ato-nacional-pela-educacao-amplia-reivindicacaopara-as-queimadas-na-amazonia-e-no-pantanal-1.308856>. Acesso em: 26 maio. 2023.

MORENO, S. Jair Bolsonaro diz que quer “tirar o estado do cangote” de produtores rurais. **Agência Brasil**. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/radioagencia-nacional/economia/audio/2019-04/jair-bolsonaro-diz-que-quer-tirar-o-estado-do-cangote>. Acesso em: 26 maio. 2023.

NASCIMENTO, C. **Linguagem on-line**: afinidades entre o escrito e o oral nos comentários dos Portais de Notícias do Estado do Amazonas. 2019. 100f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/7026>. Acesso em: 26 maio. 2023.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. "**Passando a boiada**": o segundo ano de desmonte institucional sob Jair Bolsonaro, p. 38. 2021.

PAÍSES tem direito soberano de explorar sua biodiversidade, diz Bolsonaro. **A Crítica**. 2020. Disponível em: <https://www.acritica.com/channels/cotidiano/news/paises-tem-direito-soberano-de-explorar-sua-biodiversidade-diz-bolsonaro>. Acesso em: 18 nov. 2022.

PRIZIBISCZKI. C. Queimadas no Pantanal aumentam 96% entre agosto e setembro, 2020. **O Eco**. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/queimadas-no-pantanal-aumentam-96-entreagosto-e-setembro/>. Acesso em: 26 maio. 2023.

ROCHA, D. F.; PORTO, M.F. A vulnerabilização dos povos indígenas frente ao COVID-19: autoritarismo político e a economia predatória do garimpo e da mineração como expressão de um colonialismo persistente. Repositorio Ciências Sociais e Humanas da Saúde e a COVID-19. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/41407>. Acesso em 26 maio. 2023.

RODRIGUES, A. S. B.; SANTANA, L. V. C. D. Análise da Pluralidade e da Contextualização das Informações Ambientais nos Portais dos Jornais *A Crítica* (Manaus/AM) e o *Liberal* (Belem/PA). **Mídia e Cotidiano**, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/9784/6913>. Acesso em: 26 maio. 2023.

SILVA, G. L. D. A. D.; VIVEIROS, D. S. A integração entre os municípios como uma estratégia de ação do Estado frente às consequências da crise sanitária do novo Coronavírus. **Revista Acadêmica em Humanidades**, 2020. Disponível em: <https://publicacoes.ifba.edu.br/artifices/article/view/793>. Acesso em: 26 maio. 2023.

SILVA, G.; MAIA, F. D. Análise de cobertura jornalística: um protocolo metodológico. **Revista Rumores**, ed. 10, jul/dez, 2011.

SILVA, A. L. P. **O discurso midiático sobre mudanças climáticas**: análise da cobertura ambiental de O Liberal e Folha de S. Paulo. 2019. 121f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

SOB BOLSONARO, mortes de yanomami por desnutrição cresceram 331%. BBC News Brasil, 17 fev. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cw011x9rpldo>. Acesso em: 26 maio. 2023.

VALE, M. *et al.* The COVID-19 pandemic as an opportunity to weaken environmental protection in Brazil. **Biological Conservation**, v. 255, 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S000632072100046X>. Acesso em: 26 maio. 2023.

VALPORTO, O. Congresso aprova corte e ambiente terá menor orçamento deste século. **Colabora**, 27 mar. 2021. Disponível em: <https://projecocolabora.com.br/ods14/congresso-aprova-corte-e-ambiente-tera-menor-orcamento-em-20-anos/>. Acesso em: 26 maio. 2023.

WOLF, M. **Teorias das comunicações de massa**. 1ª ed. Martins Fontes: São Paulo, 2003.